


Os benefícios concentrados da destruição ambiental

 cafepoint.com.br/colunas/conjuntura-de-mercado/os-beneficios-concentrados-da-destruicao-ambiental-232202

A dinâmica do desmatamento ilegal no Brasil obedece a uma lógica conhecida, na qual seus benefícios de curto prazo são apropriados por um limitado grupo de pessoas. Um estudo liderado por Raoni Rajão, publicado em 2020 na revista *Science*, mostra que, na Amazônia e no Cerrado, 2% das propriedades rurais concentram cerca de 60% do desmatamento ilegal. O que isso significa? Basicamente, que os eventuais ganhos econômicos da destruição de nossos ecossistemas acabam nos bolsos de alguns poucos proprietários rurais.

Se esse é realmente o caso, por que a retórica antiambientalista avança? Para muitos, o antiambientalismo é apenas um elemento de uma ideologia mais ampla. Uma minoria, porém, ganha muito com o avanço do desmatamento ilegal. E, se há algo que as ciências sociais nos ensinaram no século XX, é que os beneficiários de ganhos concentrados têm um incentivo para investir parte desse dinheiro na manutenção de seus privilégios – leia-se, a habilidade de apropriação de recursos que, não raramente, são públicos.

Trata-se de um desfecho trágico. Afinal, a expansão do desmatamento ilegal no Brasil dificulta a exploração de estratégias econômicas que beneficiariam um número muito maior de pessoas. Um aspecto interessante das políticas de preservação é que estas poderiam envolver qualquer produtor rural. Mesmo uma propriedade localizada a milhares de quilômetros da região amazônica é dotada de atributos ambientais valiosos. Assim, seria capaz de explorá-los para fins econômicos caso os incentivos apropriados fossem estabelecidos.

E o que dificultaria a definição de tais incentivos? Fundamentalmente, o fato de que os benefícios das políticas de preservação tendem a ser dispersos. Isso torna difícil o estabelecimento de uma coalizão capaz de organizar as ações desses muitos ganhadores potenciais. Em particular, falta clareza sobre a distribuição dos custos de organização do grupo. Se cada pessoa ganha somente um pouco, quem deveria investir os recursos necessários para levar tal mensagem adiante?

Ocorre que, na próxima década, será crescente o volume de recursos destinados a financiar políticas de preservação. Pressionados por consumidores e eleitores, governos e empresas terão que mostrar serviço. E, nesse caso específico, não faz diferença se tais ações serão movidas por uma crença genuína ou por pura hipocrisia. O que importa é que aqueles que souberem se organizar para oferecer o atributo “sustentabilidade ambiental” podem atrair uma quantidade considerável de recursos na próxima década.

Para tirar proveito dessa tendência, é fundamental reconhecermos que a retórica antiambientalista concentra ganhos econômicos em um grupo muito pequeno de pessoas. Mesmo quem não compra o discurso ambientalista, certamente gostaria de abrir novas

oportunidades de geração de renda. Pois bem, é hora de desenhar estratégias de preservação inovadoras que ofereçam uma recompensa adequada pelo esforço de quem cuida do meio ambiente.

E, se ninguém aparecer, azar de todos. Isso significaria o triunfo da inércia. Significaria, ademais, que teremos que aprender a conviver com um cenário marcado por condições climáticas desafiadoras. Não convém apostar no imobilismo, porém – afinal, este seria um cenário que nos prejudicaria muito. Mesmo diante da incerteza, devemos explorar a possibilidade de ganhar dinheiro vendendo “preservação ambiental” ao mundo.